

# O SIGNIFICADO DA VOLTA DE HONG KONG PARA A CHINA. IMPACTOS NO CENÁRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO INTERNACIONAL

Henrique Altemani de Oliveira

Para se transformar, entre 2020 e 2050, na primeira potência econômica do mundo, a China tem necessidade de Hong Kong, como necessita da diáspora, como necessita abrir-se para todo o mundo. (Alain Peyrefitte) <sup>1</sup>

## **Introdução**

Aos primeiros minutos do primeiro dia de julho de 1997 Hong Kong deixará de ser colônia britânica e retomará o status de território chinês. A Declaração Conjunta, assinada em dezembro de 1984 entre a Primeira Ministra britânica Margareth Thatcher e o Primeiro Ministro chinês Zhao Ziyang estipula que o status social e econômico de Hong Kong deverá ser mantido inalterado por 50 anos. A Região Administrativa Especial de Hong Kong gozará de um alto grau de autonomia, com exceção nas áreas de defesa e de assuntos externos, disporá de poderes executivo, legislativo e judiciário separados, manterá o status de porto livre com regime aduaneiro próprio e de centro financeiro internacional independente.

Além de se constituir num fato inédito de descolonização, por não se traduzir numa independência, o evento atrai principalmente a atenção por se

---

<sup>1</sup>. PEYREFITTE, Alain. *La Chine s'est éveillée*. Fayard, Paris, 1997. P.: 385.

tratar da reintegração de uma economia pujante e livre a um Estado burocrático e fechado.

A devolução é vista com muito mais otimismo na Ásia do que no Ocidente. De um lado, representa emblematicamente o final da presença colonial britânica na região e, de outro, amplia a perspectiva de acesso aos mercados da China Continental. Já os governos ocidentais, com desconfiança, insistem na tecla dos direitos humanos e das liberdades individuais na definição de suas políticas em relação à Hong Kong/China. Omite-se, no entanto, que a Inglaterra manteve total controle administrativo sobre a colônia e que somente após Tiananmen introduziu uma Carta de Direitos para Hong Kong e que, em 1995, pela primeira vez patrocinou eleições diretas plenas para o legislativo. No entanto, essa tardia liberalidade, sem dúvida bem aceita pela população local, em princípio fere os acordos, anteriormente assinados, regulamentando o processo de transição.

Recente levantamento efetuado pela *Far Eastern Economic Review*<sup>2</sup> demonstra que a maioria dos governos e políticos da região encara com naturalidade que essas mudanças introduzidas sem consulta pela Inglaterra sejam anuladas, interpretando inclusive que têm um nítido sentido político de armadilha ou embaraço à República Popular da China (RPC).

A relativa despreocupação visualizada na região<sup>3</sup> é decorrente em princípio do fato de se considerar como uma reconciliação natural. Em primeiro, não se questiona o direito da China sobre Hong Kong. E, em

---

<sup>2</sup>. "Regional Politik". *Far Eastern Economic Review*, 160 (22): 22-26, May 29, 1997.

<sup>3</sup>. Note-se que a única exceção a esse padrão geral é a atitude cautelosa de Taiwan, inclusive com reflexos nos negócios. No ano passado, de forma contrária à tendência anterior, a maior parte dos capitais taiwaneses dirigiu-se para Cingapura ao invés de Hong Kong.

segundo, de que a integração na realidade já é um fato, desempenhando Hong Kong um papel específico no processo de modernização da China. Harish Kapur, numa análise original chega a sugerir que o processo de reformas chinesas foi desenvolvido para poder acomodar, sem traumas, o retorno de Hong Kong. “Com uma economia predominantemente socialista e altamente burocratizada, a liderança tomou consciência de que uma viável reintegração de Hong Kong ao continente poderia tornar-se problemática. Apesar do repetido objetivo de “um país, dois sistemas”, emergiu um claro consenso entre os líderes chineses de que (a) o atual sistema econômico socialista teria de se tornar mais ágil, mais orientado para o mercado e mais aberto ao mundo exterior e (b) que um grau de compatibilidade entre o sistema chinês e a economia de mercado de Hong Kong teria de ser estabelecida através da reforma do sistema chinês para que uma real, suave e pacífica integração pudesse ser realizada”.<sup>4</sup>

Ainda que talvez não se podendo estabelecer essa relação direta proposta por Kapur, o estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) sofreu influência direta de Hong Kong. No período pós - Revolução Cultural, muitos líderes do Partido Comunista Chinês (PCC) não estavam convencidos da necessidade das reformas radicais propostas por Deng Xiaoping e viam com maior apreensão o papel a ser desempenhado pelos estrangeiros no desenvolvimento econômico da nova China. Enquanto essa controvérsia se desenvolvia, uma corporação multinacional baseada em Hong Kong e de propriedade do governo chinês, *China Merchants Steam Navigation Company*, propôs que lhe fosse permitido estender suas atividades para o continente. “Uma das propostas era que lhe fosse

---

<sup>4</sup>. KAPUR, Harish. “One Country, Two Systems: A strategy for the integration of Hong Kong”. *World*

autorizado desenvolver uma pequena área na fronteira da China com Hong Kong, colaborando com empresas estrangeiras no estabelecimento de joint-ventures. A proposta da China Merchants parecia oferecer uma solução compromisso para o problema de como introduzir investidores estrangeiros e suas práticas capitalistas na China ao mesmo tempo em que limitava as repercussões políticas do fato”.<sup>5</sup> Assim, sob esse princípio foram estabelecidas as ZEE’s de Shenzhen (ligação com Hong Kong), Zhuhai (com Macau), Xiamen (com Taiwan) e Shantou (com Cingapura e Indonésia). Enquanto Kapur aponta que com as ZEE’s o experimento da fórmula de “um país, dois sistemas” foi transferido para dentro da China, para as autoridades chinesas, “as ZEE’s seriam laboratórios econômicos, nos quais os experimentos de política econômica poderiam ser testados numa base geograficamente restrita”.<sup>6</sup> Independentemente de qualquer teorização, o fundamental é a visualização de que a ligação entre o continente e Hong Kong se intensifica a partir do final da década de 70, estabelecendo-se uma vinculação muito íntima entre o processo de desenvolvimento econômico chinês e Hong Kong.

Não se tem dúvidas de que o processo de transição afetará tanto Hong Kong e a própria China, quanto o resto do mundo. No entanto, aparentemente, concede-se um voto de confiança à China com base em seu interesse de sucesso neste empreendimento para poder continuar contando com os benefícios que auferir do atual relacionamento com Hong Kong e

---

*Affairs*, 1 (1): 120-121, Jan-Mar 1997.

<sup>5</sup>. FUKASAKU, Kiichiro; WALL, David & WU, Mingyuan. “*China’s long march to an open economy*”. OCDE, Development Centre Studies, Paris, 1994. p.: 42.

<sup>6</sup>. Op. cit., p.: 43.

principalmente para poder firmar-se como um ator e parceiro internacional no qual se possa confiar.

Nesse sentido, por exemplo, os interesses norte-americanos são amplos e têm crescido juntamente com a prosperidade do território e seu papel na comunidade internacional.<sup>7</sup> E esses interesses serão mantidos, prevendo-se que as condições que possibilitaram o dinamismo de Hong Kong sejam mantidas. Isto é, sua autonomia, estabilidade e prosperidade; a presença de um sistema de mercado livre; a atitude favorável aos negócios; a continuidade do ordenamento jurídico, acompanhado pela manutenção das liberdades civis e direitos humanos e a cooperação entre Hong Kong e as agências internacionais.

## **Histórico**

Hong Kong foi adquirido da China pela Inglaterra em três estágios: a ilha de Hong Kong pelo Tratado de Nanking em 1842, a península Kowloon pela Convenção de Beijing em 1860 e os Novos Territórios - abrangendo a área continental próxima a Kowloon e cerca de 235 ilhotas - pela Segunda Convenção de Beijing em 1898, por um período de 99 anos. Entre 1842 e 1950, com exceção entre 1941-45 durante a ocupação japonesa, Hong Kong serviu como um porto e entreposto para o comércio entre a China e o Ocidente.

A população do território, extremamente reduzida durante a ocupação japonesa, cresceu rapidamente após a vitória dos comunistas em 1949,

---

recebendo cerca de um milhão de refugiados. Desde então, Hong Kong transformou-se de uma base de manufaturas baratas num centro regional de serviços e finanças, ao mesmo tempo em que transferia muitas de indústrias para dentro da fronteira chinesa para se beneficiar dos baixos custos.

Com a normalização das relações diplomáticas da RPC com os Estados Unidos no início da década de 70, a China adotou uma atitude mais conciliatória em torno da unificação com Taiwan. Pelos termos anunciados em janeiro de 1979, Beijing oferecia a Taiwan um processo de reunificação baseado no princípio de manutenção do atual sistema existente na ilha, inclusive o controle da defesa e dos negócios externos.

Nos contatos preliminares entre a RPC e Taiwan, o ponto básico da discórdia prendia-se indubitavelmente à questão de soberania. A fórmula chinesa atinha-se então ao princípio de *um país, dois sistemas*, enquanto que a taiwanesa passou a defender o de *um país, dois governos*.<sup>8</sup> Taiwan entendia que a proposta chinesa induzia ao reconhecimento da legitimidade e soberania de Pequim sobre a China unificada, podendo Taiwan manter relativa autonomia, porém subordinada ao poder central da RPC. Já o princípio de Taiwan enfatizava a questão de *coexistência igual*, pelo qual os dois governos eram soberanos em seus respectivos territórios.

Surpreendentemente, a fórmula de *um país, dois sistemas* é a que estará sendo aplicada em 1997 para Hong Kong e em 1999 para Macau, estipulando-se que territórios chineses que não estavam sob a administração

---

<sup>7</sup>. Para avaliação dos interesses norte-americanos, veja-se, por exemplo: MUELLER, Richard W. "America's long-term interest in Hong Kong". *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*. 547: 144-152, September 1996.

<sup>8</sup>. Sobre a questão China-Taiwan, veja-se OLIVEIRA, Henrique Altemani. Taiwan e o Diálogo Koo-Wang. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, 37 (1):64-81, 1994.

comunista poderiam manter seu sistema capitalista por um período definido de tempo, porém sem autonomia nas áreas de defesa e de política externa.

Em dezembro de 1984, a Declaração Conjunta Sino-Britânica, pela qual Hong Kong retornará à China em 1º de julho de 1997, foi assinada em Beijing, sendo ratificada em maio de 1985. Em setembro de 1985 realizaram-se as primeiras eleições indiretas para o Conselho Legislativo. A Lei Básica, uma mini-constituição para a futura Região Administrativa Especial de Hong Kong, foi promulgada pelo Congresso Nacional do Povo Chinês em abril de 1990.

Em setembro de 1991, os governos chinês e britânico assinaram um acordo para a construção do novo aeroporto de Hong Kong, dando pela primeira vez à China uma participação nos negócios de Hong Kong. E igualmente nesse mesmo mês efetivaram-se as primeiras eleições diretas para o Conselho Legislativo<sup>9</sup>.

O principal objetivo da Declaração Conjunta e da Lei Básica é a manutenção por 50 anos do modo de vida característico de Hong Kong, incluindo seus sistemas econômicos e legais. Assim, Hong Kong, como uma Região Administrativa Especial (RAE) da República Popular deverá manter “um alto grau de autonomia”, com poder total sobre seus assuntos internos. A Lei Básica prevê que o sistema e políticas socialistas não serão praticadas em Hong Kong; que as leis nacionais chinesas não deverão, com pequenas exceções, serem aplicadas em Hong Kong; a RAE terá seu próprio governo com poderes próprios e independentes (legislativo, executivo e judiciário).

---

<sup>9</sup>. Esse processo de eleições diretas recebeu muitas críticas chinesas por ser considerado como uma estratégia de “última hora” para dar uma aparência democrática ao território e para criar constrangimentos para o futuro relacionamento com o governo central. Tanto a Declaração Conjunta quanto a Lei Básica, aprovadas anteriormente, não previam a possibilidade de eleição direta.

O Capítulo V assegura que a RAE terá finanças independentes, liberdade das taxas chinesas e um sistema próprio de taxação, sua própria moeda e o status de porto livre.

E em dezembro de 1996, Tung Chee-hwa, um armador de origem chinesa e radicado em Hong Kong, foi escolhido, de forma indireta numa lista tríplice, para chefiar o Executivo de Hong Kong após a devolução. Dez dias depois, o Comitê de Seleção definiu os sessenta membros do Conselho Legislativo Provisório<sup>10</sup> a ser empossado em 1º de Julho.

### **Algumas Considerações sobre o Futuro Relacionamento China - Hong Kong**

Muito obviamente, Hong Kong é diferente sob vários aspectos das diferentes províncias chinesas. Em correlação com o processo de modernização da China, a especificidade de Hong Kong repousa em três pontos chaves:

. primeiro, no papel de investidor no processo de reforma da China. Em termos de investimento externo direto, Hong Kong é ainda responsável por aproximadamente 60% dos investimentos realizados na China, enquanto que Taiwan responde por mais ou menos 10%, Japão 6% e Estados Unidos 6%;

---

<sup>10</sup>. De acordo com o previsto na Declaração Conjunta e na Lei Básica, tinha-se a idéia de que os deputados eleitos em 1995 legislariam dois anos sob a soberania britânica e dois sob a chinesa. No entanto, como a Grã-Bretanha modificou unilateralmente as regras, principalmente no conceito de “distritos eleitorais funcionais” e das características do comitê eleitoral encarregado da indicação direta de dez dos sessenta deputados, os chineses recusaram aceitar as propostas e, para evitar um vácuo legal, consideraram-se obrigados a formar um Conselho Legislativo Provisório.

. segundo, Hong Kong é o seu principal parceiro comercial, tendo somente nos últimos anos sido superado pelo Japão; e

. em terceiro, seu papel de “intermediário” no comércio de commodities e de serviços (incluindo serviços financeiros, turismo e consultoria em negócios) tem sido crucial. Note-se que o comércio indireto via Hong Kong sempre tem excedido o comércio direto.

Devido a esse papel fundamental na modernização da China, é do interesse chinês em preservar o *laissez faire* e um sistema não intervencionista até mesmo depois da transição. No entanto, apesar dessa perspectiva otimista e das garantias expressas na Declaração Conjunta e na Lei Básica, não se pode simplesmente ignorar as possibilidades de que alguns aspectos chaves da administração da Região Administrativa Especial sejam assimilados pela praxis do continente. Nesse sentido, isto justifica uma análise apurada do futuro relacionamento China - Região Administrativa Especial de Hong Kong em comparação com os aspectos predominantes na dinâmica centro - províncias atualmente presentes na China.

No entanto, em decorrência das desconfianças que se levantam sobre o futuro de Hong Kong e correlacionadas com a idéia de soberania, oscilando entre autonomia e subserviência ao governo chinês, algumas questões (sem que estejam esgotadas) estão sendo colocadas <sup>11</sup>, como, por exemplo:

---

<sup>11</sup>. Veja-se “Man on the Spot”. *Far Eastern Economic Review*, 159 (51): 14-16, December 19, 1996.

### Autonomia:

- . Permitir-se-á a Beijing interferir no orçamento?
- . O Partido Comunista chinês será legalizado em Hong Kong?

### Fronteiras

- . Permitir-se-á a extradição de residentes de Hong Kong para a China?
- . Será relatado à ONU o transporte nuclear ilícito através de Hong Kong?

### Direitos

- . Serão permitidas comemorações dos eventos de Tiananmen?
- . Permitir-se-á à imprensa cobrir os interesses de Taiwan e dos líderes exilados do Tibet? <sup>12</sup>

### Sociedade

- . Os noticiários do Continente serão transmitidos pela Rádio e Televisão de Hong Kong?
- . A corrupção através das fronteiras será reprimida?

### Internacional

---

<sup>12</sup> . Nesse sentido, a Lei Básica é bem clara no que se refere à proibição da imprensa defender o direito à independência para Hong Kong, Taiwan, ou, genericamente, a qualquer movimento secessionista. Lu Ping, diretor do Departamento para Assuntos de Hong Kong e Macau no Conselho de Estado, traça uma distinção entre divulgação e defesa, afirmando que embora tudo possa ser divulgado, os jornais não terão permissão para defender a separação de nenhuma parte da China.

. Permitir-se-á que a bandeira de Taiwan seja hasteada em Hong Kong?

. Os consulados estrangeiros poderão defender seus cidadãos?

Negócios/Economia/Desenvolvimento

. Será mantido o dólar de Hong Kong?

. O Banco Hang Seng será vendido ou estará submetido ao Banco da China?

Em outros termos, o ponto fundamental centraliza-se na questão de até que extensão será permitido à Região Administrativa Especial de Hong Kong exercer autonomia no gerenciamento dos negócios internos. Ou, como essas relações especiais serão em termos reais? Para que esse relacionamento realmente seja especial é necessário que o governo local tenha mais funções do que normalmente é permitido às outras regiões da China. A previsão de “alto grau de autonomia”, como garantido na Lei Básica (artigo 12) é um conceito relativo e muito sujeito a diferentes interpretações.

O que será da Região Administrativa Especial de Hong Kong daqui a 10 ou 15 anos? Obviamente, está-se raciocinando em termos de um processo de convergência, no qual ambos estarão se assimilando. Da mesma forma como Hong Kong foi e é um modelo para o desenvolvimento econômico de muitas cidades chinesas, no pós-97 pode igualmente constituir um exemplo de como uma Região Administrativa Especial deve gerenciar seu relacionamento com Beijing (ao se pensar numa reunificação China-Taiwan essa perspectiva cresce de importância).

O contexto político pode mudar significativamente nos próximos anos. Apesar de seu status especial, Hong Kong será uma entre várias áreas competindo por influência dentro da estrutura chinesa. Seu papel econômico como um centro para as finanças e outros serviços provavelmente sofrerá forte concorrência de Shanghai e outros centros chineses que poderão tentar usar sua influência política em Beijing para ampliar suas posições econômicas relativas frente a Hong Kong. Sem dúvida que será do interesse da China de contar com múltiplos centros de dinamismo econômico. Entretanto, não será de seu agrado que o crescimento de outros centros se faça à custa de Hong Kong.

Frank Ching defende o ponto de vista de que os chineses tentarão manter seus compromissos e acrescenta que “a China não passou dois anos discutindo a Declaração conjunta, cinco anos esboçando a Lei Básica, além de muitos anos mais negociando outros acordos com a intenção de lançá-los todos pela janela no dia 1º de julho. É preciso lembrar que não foi a China que deu início ao processo de reintegração de Hong Kong, o qual só foi iniciado devido a pressões britânicas. A posição chinesa a respeito dos três tratados do século 19 que asseguraram à Grã-Bretanha a posse de Hong Kong era a de que todos eles haviam perdido a validade, pois eram “desiguais”, uma vez que tinham sido impostos à dinastia Qing por uma diplomacia de canhoneiras. Portanto, o vencimento de um tratado sem validade não faria para eles a menor diferença”.<sup>13</sup> No entanto, recém saída da Revolução Cultural e com uma gama imensa de problemas internos, a China não tinha interesses nem em recuperar Hong Kong, nem em assinar

---

<sup>13</sup>. CHING, Frank. “Imagens Falsas de Hong Kong”. *Foreign Affairs* - Edição Brasileira, Gazeta Mercantil, 13 de Junho de 1997, p.: 34.

um novo tratado prorrogando o mandato colonial, não restando, pelas pressões britânicas, outra saída que não fosse receber de volta Hong Kong.

### **Fatores Positivos para o Estreitamento de Relações Econômicas entre Hong Kong e China**

Um fato importante a assinalar é que o sucesso econômico de Hong Kong foi significativamente potencializado com a introdução e aprofundamento do processo de reformas econômicas na China, de forma a se estabelecer uma interação positiva e fundamental para os dois lados, sendo Hong Kong o principal parceiro da China e ocupando igualmente a China um lugar privilegiado no comércio exterior e no investimento em Hong Kong.

Nesse sentido, isso nada mais fez do que potencializar o que na realidade era a vocação natural de Hong Kong: servir de entreposto para a China em decorrência de seu porto natural (o mais profundo da Costa Sudeste da China) e também pela extensão de sua rede comercial internacional. Com o processo de aberturas chinesas, com o estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais e “conjugado às melhorias das relações com o setor externo, que se traduz numa expansão fenomenal do comércio exterior da China e num ritmo em que as instalações portuárias e de infraestrutura não conseguem acompanhar. Assim, é inteiramente natural que

Hong Kong, com sua posição estratégica e a eficiência de sua infra-estrutura de apoio, se transformasse no principal entreposto da China”<sup>14</sup>

A ampliação das relações entre Hong Kong e a China podem ser visualizadas em três eixos:

- a. ampliação dos interesses chineses em Hong Kong;
- b. transferência de empresas de Hong Kong para a China; e
- c. a instrumentalização de Hong Kong por empresas estrangeiras desejando realizar negócios com a China.

No primeiro eixo, constata-se forte crescimento de empresas chinesas abrindo escritórios em Hong Kong. Ainda que ligadas às atividades tradicionais de importação/exportação, as empresas chinesas estenderam seus investimentos para setores como o imobiliário, finanças, indústrias manufatureiras, hotelaria e desenvolvimento de infra-estruturas.

No segundo eixo, atraídos principalmente pela abundância de terras e de mão-de-obra a preços baixos, os empresários de Hong Kong deslocaram suas produções manufatureiras para a China. Da conjugação de capitais, competências de administração e de redes de exportação de Hong Kong com os imensos recursos chineses, a preços baixos, desenvolve-se a produção de bens a preços competitivos no mercado internacional.

Por fim, com base na estrutura de serviços desenvolvida em Hong Kong e considerando-se principalmente, de um lado, a segurança decorrente do sistema jurídico em vigor em Hong Kong e, em segundo, seu conhecimento das práticas chinesas, Hong Kong tornou-se um mercado

---

<sup>14</sup> TANG, KY. “Relations économiques de Hong Kong avec la Chine”. IN: OCDE, *Nouveaux partenaires économiques. Économies dynamiques d’Asie e pays d’Europe centrale et orientale*. OCDE, Paris, 1994, pp: 55-68.

altamente atraente para o estabelecimento de empresas estrangeiras com interesses na China.

- O Comércio entre Hong Kong e a China

Após o estabelecimento das ZEE's o comércio de Hong Kong com a China cresceu notavelmente, passando de 2,315 bilhões de dólares em 1978 para 127,598 bilhões em 1995 e representando 34.8% de todo o seu comércio externo.

No entanto, é importante observar que a maior parte desse comércio corresponde a reexportações, sublinhando a importância que Hong Kong desempenha enquanto caminho de trocas entre a China e o resto do mundo. Note-se por exemplo que em 1991, 73.8% das exportações para a China foram reexportações e em 1992, 77.4%. Em 1996, as exportações para a China totalizaram 61,458 bilhões de dólares, sendo que US\$ 53,558 bilhões (87.1%) compreenderam reexportações.

Esse fenômeno compreende os dois sentidos do comércio. Desde 1990, tendencialmente, constata-se uma reexportação de produtos de origem chinesa superior à importação anual. Assim, em 1991 Hong Kong importou da China US\$ 37,750 bilhões e reexportou US\$ 40,624 bilhões, em 1992 importou US\$ 45,775 bilhões, reexportando US\$ 52,161 e, em 1996, as importações da China foram de US\$ 73,134 bilhões, com uma reexportação de produtos de origem chinesa de US\$87,630 bilhões.

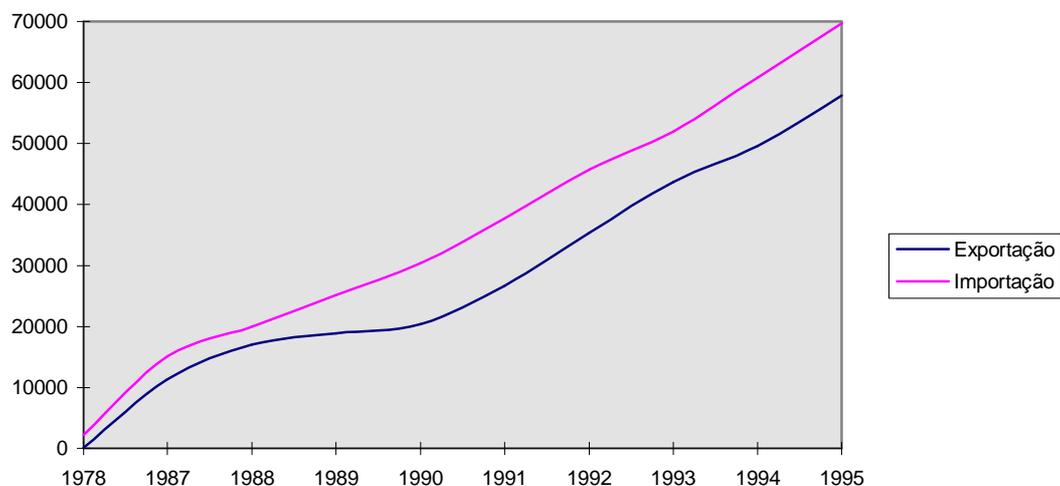
### Comércio de Hong Kong com a China <sup>15</sup>

---

<sup>15</sup>. Fonte: Trade Statistical Yearbook, 1996

	Exportações		Importações		Total	
	US\$ mi.	%	US\$ mi.	%	US\$ mi.	%
1978	63	0.5	2252	16.7	2315	9.3
1987	11290	23.3	15050	31.1	26340	27.2
1988	17030	27.0	19938	31.2	36968	29.1
1989	18816	25.7	25215	34.9	44031	30.3
1990	20334	24.8	30316	36.8	50650	30.8
1991	26730	27.1	37750	37.7	64481	32.4
1992	35404	29.6	45775	37.1	81180	33.4
1993	43684	32.4	51987	37.5	95671	35.0
1994	49669	32.8	60864	37.6	110533	35.3
1995	57861	33.3	69737	36.2	127598	34.8

### Comércio Hong Kong - China <sup>16</sup> (Em US\$ milhões)



- Os Investimentos de Hong Kong na China

Atrair investimentos externos foi um dos principais objetivos das autoridades chinesas quando da implantação do processo de reformas.

Assim, gradualmente estabeleceu uma estrutura legal, redução de taxas e outros incentivos para os investidores estrangeiros.

Assim, no processo de integração gradual da China à economia mundial, as comunidades de origem chinesa passaram a desempenhar um papel fundamental, inclusive Taiwan. Hong Kong mantém-se tendencialmente como o principal investidor na China, seguido atualmente por Taiwan.

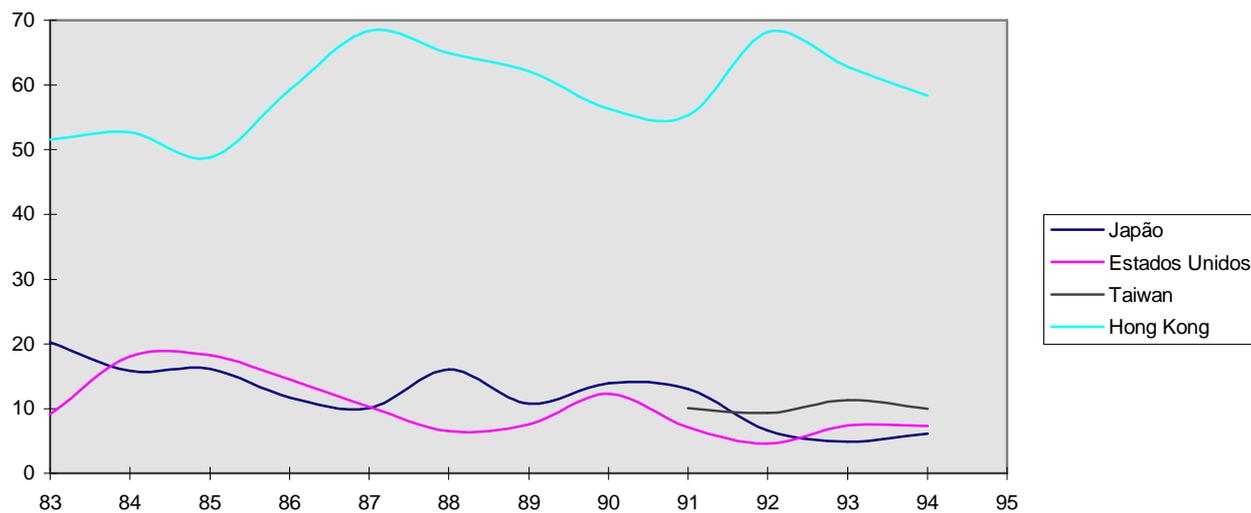
A maior parte dos investimentos de Hong Kong estão concentrados na área de Guangdong e no setor industrial, sendo que nos últimos anos está se delineando uma tendência de extensão de seus investimentos para setores não manufatureiros, como na instalação de infra-estruturas (portos, auto-estradas, centrais elétricas, pontes, etc.) e em serviços.

#### Investimentos Externos Diretos na China <sup>17</sup> (Em %)

---

<sup>16</sup>. Fonte: Trade Statistical Yearbook, 1996.

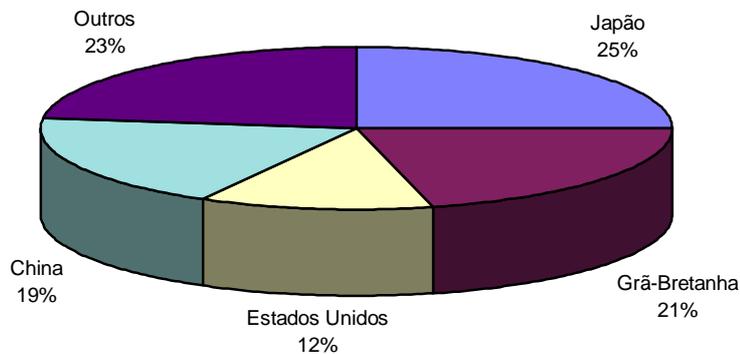
<sup>17</sup>. Fonte: China Statistical Yearbook, IN: *The Chinese Economy*, A World Bank Country Study, Washington, 1996.



Já no que se refere a investimentos externos diretos em Hong Kong, a China apresenta-se como o terceiro principal investidor em Hong Kong, num volume muito próximo ao dos Estados Unidos.

### Investimento Externo Direto em Hong Kong<sup>18</sup> 1995

<sup>18</sup>. Fonte: Economic & Trade Information on Hong Kong, IN: <http://www.tdc.org.hk/main/economic.htm>



- Laços Financeiros entre Hong Kong e a China

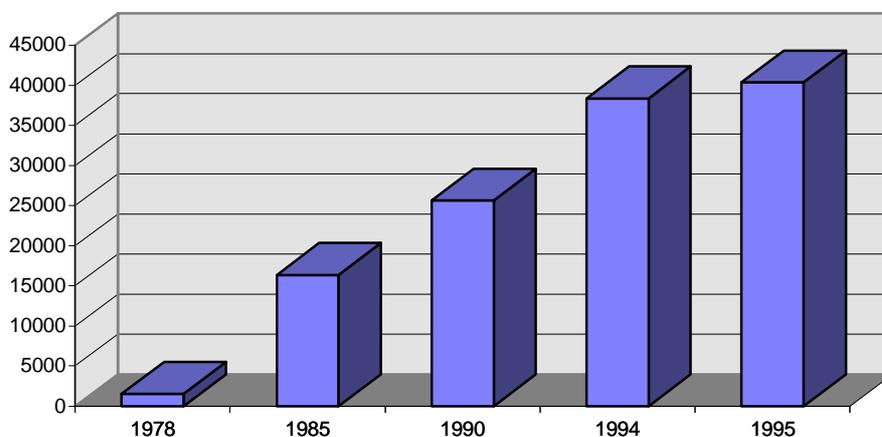
Hong Kong tornou-se um importante centro financeiro respondendo às necessidades de desenvolvimento econômico da China. Há agora quinze bancos chineses em Hong Kong. “Trata-se do Grupo do Banco da China que compreende o Banco da China e seus doze bancos irmãos, assim como o Banco Ka Wa e o Union Bank. Estes estabelecimentos e um certo número de outras instituições financeiras chinesas oferecem uma grande variedade de serviços indo das atividades tradicionais de aceitação de depósitos e concessão de empréstimos a operações de câmbio, atividades de seguros, operações com títulos e emissão de instrumentos de dívida e a troca de dólares de Hong Kong contra os Renminbi. Os bancos chineses

considerados como um grupo são atualmente o segundo grupo bancário mais importante em Hong Kong”.<sup>19</sup>

- Fluxo de Pessoas entre Hong Kong e a China

O incremento nas relações econômicas entre Hong Kong e a China traduziu-se também numa expressiva ampliação do fluxo de pessoas deslocando-se para a China, seja para a visita a parentes, seja para viagens de negócios ou mesmo de turismo.

Turistas de Hong Kong, Macau e Taiwan<sup>20</sup>  
(Em 1.000)



## Conclusão

---

<sup>19</sup>. TANG, KY. “Relations économiques de Hong Kong avec la Chine”. IN: OCDE, *Nouveaux partenaires économiques. Économies dynamiques d’Asie e pays d’Europe centrale et orientale*. OCDE, Paris, 1994, p.: 64.

<sup>20</sup>. China Statistical Yearbook, 1996.

“São enormes os benefícios econômicos que Hong Kong proporciona à China em termos de comércio, investimentos e disponibilidade de capital - a tal ponto que o território é visto como a galinha dos ovos de ouro para os chineses. Além disso, o grande objetivo da China é a reincorporação de Taiwan ao continente. Os chineses sabem que, se as coisas caminharem mal em Hong Kong após 1997, Taiwan não terá nenhum interesse em aceitar a fórmula de *um país, dois sistemas*”.<sup>21</sup>

Neste sentido, a percepção que se tem é a de que o retorno de Hong Kong à China, no que se refere ao plano econômico-financeiro, simplesmente estará selando uma integração já existente e básica para a manutenção das perspectivas de ambos os lados. Não interessa nem a Hong Kong, nem à China e nem aos diferentes Estados envolvidos uma alteração na atual praxis.

Daí então a relativa tranquilidade com que o mercado financeiro e comercial está encarando a transição, não se podendo inclusive deixar de considerar que o novo status de Hong Kong não provocará também o seu desligamento dos organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Asian Development Bank.

A questão ou dúvida que se pode levantar, na realidade, é política. Assim como se pergunta como é que a China pode manter uma revolução capitalista via o processo de reformas econômicas e de abertura de seu mercado sob regras comunistas é como conseguirá controlar ou administrar uma região administrativa especial essencialmente capitalista e com diferenças fundamentais em relação a suas demais províncias.

---

<sup>21</sup>. CHING, Frank. “Imagens Falsas de Hong Kong”. *Foreign Affairs* - Edição Brasileira, Gazeta Mercantil, 13 de Junho de 1997, p.: 35.

No entanto, como a China tem o interesse claro de que a transição tenha êxito para a manutenção de seu processo de reformas econômicas; no plano político, o sucesso também deverá estabelecer um clima mais propício para avanço no entendimento com Taiwan. Em outros termos, o atual posicionamento de Taiwan ficará fragilizado, já que a opinião pública internacional tenderá a encarar com mais otimismo uma reincorporação de Taiwan.